



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012220-08.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Valdir Odicio Falla**
 Requerido: **Vanessa Nunes da Souza**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

VALDIR ODICIO FALLA propôs ação de indenização por danos materiais e morais em face de **VANESSA NUNES DE SOUZA**. Alegou que sofreu acidente de trânsito em 03/10/2014, por culpa da requerida, que desrespeitou o sinal de parada obrigatória e colidiu com o seu veículo. Diante do acidente, lhe resultaram lesões que o afastaram do trabalho até agosto de 2015, sendo que o afastamento provocou a perda de valores referentes à participação nos lucros, horas extras, auxílio alimentação, entre outros. Que a diminuição em seus rendimentos levou ao registro de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito. Requereu a gratuidade, a condenação da requerida aos danos materiais e morais.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 11/52. Novos documentos juntados às fls. 57/63.

Deferida a gratuidade à fl. 64.

Citada (fl. 68), a ré apresentou contestação (fls. 69/73). Preliminarmente, suscitou a inépcia da inicial diante do pedido indeterminado quanto ao dano material. No mérito, alegou que o requerente também teve responsabilidade para a ocorrência do acidente, já que transitava em alta velocidade pela via. Informou que já houve composição no âmbito penal, tendo o requerente recebido o valor de R\$1.000,00. Impugnou os documentos juntados. Requereu a extinção do feito sem julgamento do mérito e subsidiariamente, a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 74/80.

Réplica às fls. 84/85.

Determinada a juntada do termo realizado no âmbito penal, diante da notícia de composição (fl. 92). Documentos juntados às fls. 94/97.

Tentada a conciliação (fl. 100), a mesma restou infrutífera.

É o relatório.

Fundamento e Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Ademais, as partes foram instadas a se manifestarem acerca da necessidade de maior dilação probatória, e mostraram seu desinteresse.

Trata-se de pedido de indenização pelos danos materiais e morais que o autor intentou diante de acidente de trânsito supostamente causado por culpa exclusiva da ré, que lhe acarretou afastamento do trabalho por aproximadamente 10 meses, e em consequência, diminuição em seus rendimentos.

Preliminarmente, não há que se falar em inépcia da inicial. O pedido é determinado e condiz com o alegado na peça vestibular. Além disso, os documentos juntados aos autos possuem informações precisas sobre o valor pleiteado, constando nos autos, inclusive, planilha dos valores apurados e pretendidos (fl. 31), a título de danos materiais, sendo o que basta.

Superada a questão, passo ao mérito.

Em que pesem as alegações da requerida, não há nos autos nenhum elemento que indique o quanto alegado em sua contestação. O Boletim de ocorrência elaborado no momento do acidente (fls. 13/16), comprova que o veículo do autor transitava pela via preferencial e foi atingido pelo veículo da requerida, sendo que "no local existe placa de parada obrigatória para os veículos que transitam pela Rua Pde. Teixeira" (fl. 16).

A ré não nega as alegações do autor e informa que não viu a motocicleta, somente sentindo o impacto, ao efetuar a conversão. Se além a alegar que o acidente não teria ocorrido se o requerente dirigisse em velocidade mais baixa, o que não foi minimamente comprovado nos autos.

Assim, verificando-se a culpa, ela realmente é da requerida. Não se trata de mero acidente sem consequências, mas sim provocado pela imprudência da condutora com consequências gravosas a terceiro, estando totalmente justificada a necessidade de reparação.

Fincada a responsabilidade, passo à análise dos danos causados em razão do acidente.

O autor requer a indenização pelo danos materiais causados, visto que o afastamento do trabalho acarretou na diminuição de sua folha de pagamentos e, em consequência, na piora de sua vida financeira.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

À falta de impugnação específica quanto às perdas salariais alegadas na inicial, bem como considerando os documentos juntados às fls. 32/45, de rigor reparação dos danos materiais suportados pelo requerente.

Friso que à fl. 31 o autor expõe claramente os valores perdidos em razão do afastamento. A requerida, no entanto, não os impugna, se contentando em manifestar-se genericamente sobre os documentos juntados, o que não se pode admitir.

Por fim, resta apenas a análise quanto à possibilidade, ou não, de condenação em danos morais.

Observando-se que o dano moral pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial, moral, psíquico e intelectual do ser humano, principalmente ao que se refere à sua liberdade, honra, saúde mental ou física e à sua imagem, clara a ocorrência no caso concreto.

O autor, por culpa da ré, teve de suportar o afastamento por longo período e viu os seus rendimentos diminuídos o que, ao que parece, acarretou em sérias dificuldades financeiras para a garantia da sua sobrevivência digna, o que deve ser minimamente reparado.

Cumprir destacar que na fixação do valor da indenização por dano moral, à falta de regulamentação específica, certos fatores têm sido apontados como determinantes do alcance da indenização. A conduta das partes, condições econômicas do ofendido e do ofensor e a gravidade do dano são de suma importância dentre os fatores hauridos da experiência comum. O valor da indenização deve ser arbitrado considerando, ainda, que deve servir como fator de reparação à lesão sofrida pela parte autora e também, deve ter caráter pedagógico de forma a desestimular comportamentos semelhantes ao praticado pela ré.

Nesse sentido, fixo a indenização por dano moral em R\$ 5.000,00, quantia que entendo suficiente para reparar a dor sofrida pela parte autora, sem que lhe represente um enriquecimento sem causa, servindo de fator intimidativo à parte ré, na prevenção de condutas semelhantes à discutida nos presentes autos.

Friso ainda, que a composição no âmbito penal não gera efeitos no âmbito civil. Neste sentido o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

RESPONSABILIDADE CIVIL ACIDENTE DE TRÂNSITO AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DECRETO DE IMPROCEDÊNCIA NECESSIDADE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CULPA DO RÉU PELA COLISÃO ENTENDIMENTO DE QUE A TRANSAÇÃO PENAL, POR SI SÓ, NÃO IMPLICA NO RECONHECIMENTO DE QUE O APELADO FOI O CAUSADOR DO ACIDENTE, POSTO QUE NÃO GERA EFEITOS NA ESFERA CIVIL PRECEDENTE DESTA E. 34ª CÂMARA - SENTENÇA MANTIDA. (TJSP. APL 00058049320088260510. 34ª Câmara de Direito


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Privado. Julgamento 8 de Setembro de 2014. Publicação 18/09/2014. Relator Cristina Zucchi)

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC para condenar a ré a pagar o montante de R\$10.295,74, a título de danos materiais, com correção monetária desde a data de cada pagamento, e juros de mora de 1% ao mês, desde a citação e R\$ 5.000,00 a título de danos morais. Sobre esses, incidirão juros de mora e correção monetária a partir da data da publicação desta sentença, visto que o decurso do tempo também foi levado em consideração para a fixação do montante da indenização.

Sucumbente, a ré arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça.

Com o trânsito em julgado, querendo, a parte autora deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para a fila - processo de conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posterior desarquivamento, a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 28 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**